

---

## **Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade**

*Quality of social and environmental disclosure: a study on the accuracy of financial information in sustainability reports*

*Calidad de la divulgación socio ambiental: un estudio sobre la precisión de las informaciones contables en los informes de sostenibilidad*

---

### **Solange Garcia**

Doutora em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo  
Professora de Graduação no Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto  
Endereço: Avenida Bandeirantes, nº 3.900, Bairro Monte Alegre  
CEP: 14.040-905 – Ribeirão Preto/SP – Brasil  
E-mail: [solangegarcia@fearp.usp.br](mailto:solangegarcia@fearp.usp.br)  
Telefone: + 55(16) 3315-0209

### **Yara Consuelo Cintra**

Doutora em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCC da UFRJ  
Endereço: Avenida Pasteur nº 250, Palácio Universitário, Bairro Urca  
CEP: 22.290-902 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Email: [yaracintra@facc.ufrj.br](mailto:yaracintra@facc.ufrj.br)  
Telefone: + 55 (21) 3938- 5262

### **Maisa de Souza Ribeiro**

Doutora em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Controladoria/Contabilidade da FEA RP-USP  
Endereço: Avenida Bandeirantes nº 3.900, Bairro Monte Alegre  
CEP: 14.040-905 – Ribeirão Preto/SP – Brasil  
E-mail: [maisorib@usp.br](mailto:maisorib@usp.br)  
Telefone: +55 (16) 3315-4747

### **Bruno Ruvier Santiago Dibbern**

Graduado em Economia Empresarial e Controladoria na Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto – FEA RP-USP  
Endereço: Avenida Bandeirantes, nº 3.900, Bairro Monte Alegre  
CEP: 14.040-905 – Ribeirão Preto SP – Brasil  
E-mail: [brsdibbern@gmail.com](mailto:brsdibbern@gmail.com)  
Telefone: +55 (16) 3629- 9588

Artigo recebido em 10/10/2014. Revisado por pares em 23/02/2015. Reformulado em 25/03/2015. Recomendado para publicação em 07/04/2015 por Sandra Rolim Ensslin (Editora Científica). Publicado em 29/05/2015.

## Resumo

Atualmente, um conjunto mais amplo de *stakeholders* justifica a crescente importância da divulgação socioambiental para efeito de *accountability*. No entanto, a qualidade da informação nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) tem sido questionada. Este estudo utiliza a análise de conteúdo para investigar a acurácia dos indicadores econômicos (de EC1 a EC9) do padrão *Global Reporting Initiative (GRI)* nos RS, em confronto com as informações dos relatórios financeiros. A amostra consiste nos Relatórios de Sustentabilidade de 23 empresas do setor elétrico brasileiro, publicados em 2011. Os resultados mostram que o grau de acurácia é médio ou baixo para todas as empresas, sugerindo falhas na elaboração dos dados econômicos dos RS, para os quais as empresas estariam supostamente bem preparadas, visto que os sistemas contábeis das empresas contêm a maioria das informações necessárias, especialmente para atender ao Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA), ao CPC 33 Benefícios a Empregados e ao CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais.

**Palavras-chave:** *Accountability*. Contabilidade. Qualidade da informação. GRI. Relatórios de Sustentabilidade. Setor de energia elétrica.

## Abstract

Currently, a broader set of stakeholders justifies the growing importance of social and environmental disclosure for accountability purposes. However, the quality of information on Sustainability Reports (SR) has been questioned. This study uses content analysis to investigate the accuracy of economic indicators (EC1 to EC9) of Global Reporting Initiative (GRI) standard in the SR in comparison with the information in the financial reports. The sample consists of the Sustainability Reports of 23 companies in the Brazilian power sector, which were published in 2011. The results show that the degree of accuracy is medium or low for all companies, suggesting flaws in the preparation of economic data from the SR, for which companies would be supposedly well prepared, as the accounting systems of the companies contain most of the information necessary especially to meet the Value Added Statement (VAS), the CPC 33 Employee Benefits and CPC 07 Government Subsidies and Assistance.

**Keywords:** Accountability. Accounting. Quality of information. GRI. Sustainability reports. Electric power industry.

## Resumen

Actualmente, un conjunto más amplio de *stakeholders* justifica la creciente importancia de la divulgación socio ambiental para efecto de *accountability*. Sin embargo, la calidad de la información en los Informes de Sostenibilidad (RS) ha sido cuestionada. Este estudio utiliza el análisis de contenido para investigar la precisión de los indicadores económicos (de EC1 a EC9) del estándar *Global Reporting Initiative (GRI)* en los RS, comparado con las informaciones de los informes financieros. La muestra consiste en los Informes de Sostenibilidad de 23 empresas del sector eléctrico brasileño, publicados en 2011. Los resultados muestran que el grado de precisión es medio o bajo para todas las empresas, sugiriendo fallas en la elaboración de los datos económicos de los RS, para los cuales las empresas estarían supuestamente bien preparadas, ya que los sistemas contables de las

empresas contienen la mayoría de las informaciones necesarias, especialmente para atender al Demostrativo de Valor Agregado (DVA), al CPC 33 Beneficios a Empleados y al CPC 07 Subvención y Asistencia Gubernamentales.

**Palabras clave:** *Accountability*. Contabilidad. Calidad de la información. GRI. Informes de sostenibilidad. Sector de energía eléctrica.

## 1 Introdução

O interesse na gestão e no desempenho das empresas já não é restrito apenas a credores e acionistas, mas também a um conjunto mais amplo de *stakeholders* (FREEMAN, 1984). Também chamados de partes interessadas, são pessoas ou grupos que podem afetar ou serem afetados pelas ações de uma organização, tais como o público interno; os sindicatos; os fornecedores; os clientes; os consumidores; a comunidade e a sociedade mais geral; além dos mais tradicionais, tais como proprietários, banqueiros e órgãos governamentais (ABNT, 2004). A divulgação externa (*disclosure*) de informações sociais e ambientais nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) tem sido compreendida como um mecanismo de prestação de contas, como parte da *accountability* das empresas (BOUTEN *et al.*, 2011). Por meio do *disclosure*, as empresas podem informar aos seus *stakeholders* como lidam com os impactos que geram na sociedade e no meio ambiente (BACHOO, 2013). É necessário prestar contas, reportar e tomar decisões sobre os temas de interesse desses *stakeholders*, que incluem os impactos sociais e ambientais gerados pelas atividades empresariais (GRAY; OWEN; ADAMS, 1996).

A prática da *accountability* requer um sistema de informações interno para dar suporte adequado às atividades de *disclosure* e suporte à decisão (GRAY; OWEN; ADAMS, 1996). Para isso é preciso desenhar e manter sistemas mais elaborados de contabilidade e de *reporting* contendo novas *expertises* (HENDERSON, 2001). Em suma, os sistemas de controle gerencial precisam conter as informações socioambientais necessárias para cumprir a missão de *accountability* da organização (EPSTEIN; BIRCHARD, 2000).

A acurácia das informações, por sua vez, é um requisito fundamental para garantir a qualidade na divulgação, de maneira a atender ao objetivo de *accountability* para *stakeholders* diversos. A acurácia, tal como interpretada neste trabalho, representa o conceito de exatidão, conforme definido no padrão GRI (2011): “informações suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora”. A falta de acurácia, por outro lado, provoca desconfiança geral e falta de credibilidade nos reportes de sustentabilidade; não protege os *stakeholders* de decisões equivocadas, bem como desencoraja as empresas que investem em um relato de qualidade (PRONOVOST; MILLER; WACHTER, 2007).

Exceto por alguns poucos países europeus e regulamentação pontual em outros países fora daquele continente (IOANNOU; SERAFEIM, 2014), a divulgação socioambiental é voluntária. Não há padrões globais mandatórios para a elaboração de relatórios, mas há diretrizes bem estruturadas e em evolução, tais como as emitidas pela organização *Global Reporting Initiative (GRI)*. Atualmente, constituem o padrão de relatório de sustentabilidade mais disseminado em contexto internacional (LOZANO, 2013) e suas diretrizes têm sido amplamente adotadas por empresas do mundo todo, sendo que mais de 7.270 organizações

possuíam registro na base de dados GRI (<http://database.globalreporting.org/>), sendo 343 empresas brasileiras, em março de 2015.

As diretrizes GRI têm o objetivo de ajudar as organizações e seus *stakeholders* a articular e compreender as contribuições das organizações ao desenvolvimento sustentável, atendendo ao modelo *triple bottom line* (TBL) de sustentabilidade empresarial (GRI, 2011). O padrão GRI apresenta uma metodologia estruturada, que visa produzir relatórios comparáveis e periódicos, com o objetivo de descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais de uma organização (GRI, 2011). Para construção dos relatórios, são definidos princípios para determinar o conteúdo (materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangência) e garantir a qualidade do relatório (equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade), além da proposição de mais de 70 indicadores gerais e complementos setoriais. Esses indicadores, os quais são definidos por um conjunto de *multistakeholders*, buscando assim compreender os seus interesses (GRI, 2011), abordam diversos temas que compõem as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade na abordagem TBL (ELKINGTON, 2001).

No que diz respeito aos indicadores econômicos (de EC1 a EC9) do GRI (2011), a maioria das informações quantitativas monetárias necessárias para a elaboração desses indicadores aparentam estar presentes nos sistemas contábeis das empresas, em especial as informações solicitadas no indicador EC1, semelhantes às informações obrigatórias divulgadas no Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA). Também as informações solicitadas nos indicadores EC3 e EC4 têm amparo em informações contábeis. Essas informações estão fundamentadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio dos pronunciamentos CPC 09 DVA (CPC, 2008), CPC 33 Benefícios a Empregados (CPC, 2012b) e CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais (CPC, 2010), respectivamente.

Do exposto, supõe-se que as informações que compõem os indicadores de desempenho econômico do GRI sejam facilmente encontradas em outros relatórios divulgados pelas empresas e que estejam disponíveis nos sistemas de informação para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade (RS). A questão que se coloca é se as informações econômicas estão sendo reportadas com qualidade na divulgação socioambiental para atender ao objetivo de *accountability* das empresas.

Devido ao caráter regulado da divulgação socioambiental do setor de energia elétrica no Brasil, no qual as companhias são sujeitas à obrigatoriedade de divulgação de relatórios socioambientais, as companhias do setor têm representado fatia significativa dentre as companhias que divulgam informações relativas à responsabilidade social (CINTRA, 2011). As organizações do setor são fundamentais e estratégicas para o desenvolvimento nacional e, em contrapartida, apresentam elevados impactos ambientais e sociais. Os indicadores setoriais de divulgação obrigatória são definidos e fiscalizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que é responsável pela regulação e fiscalização do setor. A ANEEL (2006) define um padrão mínimo para divulgação do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental, ficando a critério de cada empresa elaborar os seus relatórios com base em padrões mais abrangentes, como por exemplo, o modelo GRI.

O objetivo deste trabalho é analisar a acurácia na divulgação dos indicadores econômicos nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) das empresas do setor de energia elétrica no Brasil. São analisados os indicadores econômicos de uma amostra de 23 empresas que divulgaram seus RS, em 2011, com base no padrão GRI. Os RS das empresas estudadas

foram elaborados segundo as diretrizes GRI G3.1 (GRI, 2011) e, dessa forma, o estudo baseou-se nesse modelo.

A técnica de análise de conteúdo é aplicada ao texto do Protocolo de Indicadores (IP) do GRI (2011) para definir a quantidade e a natureza das informações solicitadas em cada um dos indicadores econômicos e para codificar as informações em categorias de acurácia e não acurácia. A acurácia é verificada por meio da análise de três requisitos: (i) a informação divulgada no RS é encontrada nas demonstrações financeiras obrigatórias; (ii) as informações encontradas nas demonstrações obrigatórias são suficientes para reproduzir ou explicar a informação divulgada no RS; e (iii) os valores divulgados no RS não apresentam variação significativa em relação aos valores divulgados nas demonstrações obrigatórias. Para confrontação dos dados, são utilizadas as informações presentes nas demonstrações obrigatórias: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Notas Explicativas (NE) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). O nível de acurácia na divulgação dos indicadores econômicos é obtido por meio do cálculo de um índice com escala intervalar resultando em um índice de acurácia alto, médio ou baixo.

Estudos acadêmicos têm buscado analisar a divulgação nos RS (DEEGAN; RANKIN, 1997; DIAS, 2006; CARVALHO, 2007; CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; BOUTEN et al., 2011; RICCIO, 2011; LESZCZYNSKA, 2012; CHRISTOFI; CHRISTOFI; SISAYE, 2012; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2013; TANNURI; VAN BELLEN, 2014), mas não foram encontrados trabalhos que tenham analisado as características de acurácia das informações reportadas, de acordo com os critérios propostos neste trabalho. O estudo busca contribuir na discussão acadêmica sobre a *accountability* da sustentabilidade e na análise das informações contábeis necessárias para um relato de qualidade nas divulgações socioambientais.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2, são apresentados aspectos da teoria e da normatização contábil pertinente. Na seção 3, são descritos os procedimentos da análise de conteúdo realizada. Na seção 4, os resultados são apresentados e discutidos; e, na seção 5, apresentam-se as considerações finais, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

## 2 Revisão de literatura

### 2.1 Informação contábil e divulgação socioambiental

A *accountability* tem sido apontada como o principal objetivo da contabilidade (IJIRI, 1975) e a sua razão de ser (NAKAGAWA; RELVAS; DIAS FILHO, 2007). Gray e Milne (2004, p. 73) afirmam que a *accountability* “é o princípio de prover à sociedade a informação que ela tem direito a saber”. Por meio da divulgação, as empresas podem informar aos seus *stakeholders* como lidam com os impactos que geram na sociedade e no meio ambiente. Iudícibus (2006, p. 129) é enfático ao afirmar que “a evidenciação é um compromisso inalienável da contabilidade para com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada”. Em consequência, isso evoca a questão dos usuários, um tema sempre presente na pauta da contabilidade: *accountability* para quem?



O *disclosure* está ligado aos próprios objetivos da contabilidade, procurando garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários (*Judicibus*, 2006). No entanto, embora o público corporativo e a comunidade acadêmica reconheçam a importância dos vários *stakeholders*, o foco da contabilidade recai sobre os provedores de capital. Em consequência disso, o pronunciamento contábil CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC, 2012a), salienta que as informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos usuários investidores, financiadores e outros credores. O pronunciamento alega que, atendendo a esses usuários, será também atendida a maior parte das necessidades de informação dos demais usuários. Assim, há uma lacuna na divulgação de informações sociais, ambientais e econômicas a públicos não contemplados na estrutura conceitual dos padrões contábeis vigentes (EDWARDS; BIRKIN; WOODWARD, 2002; CINTRA; CARVALHO; PERLINGEIRO, 2008).

Gray, Owen e Adams (1996) destacam que as atividades de divulgação socioambiental externa precisam de um sistema de informações interno especializado para dar suporte adequado à divulgação. Tudo isso alinhado ao atendimento às necessidades de um conjunto mais amplo de *stakeholders*, cada vez mais interessados e participantes nas ações e desempenho da empresa (IDOWU; PAPASOLOMOU, 2007). Gray, Owen e Adams (1996) argumentam ainda que a integração apropriada de sistemas internos de informação social e ambiental aos sistemas de informação tradicionais pode levar a mudanças culturais na organização. Nesse sentido, integrar a sustentabilidade à gestão voltada para a sustentabilidade e múltiplos *stakeholders* diz respeito a mudar mentalidades, fontes de informação, processos de tomada de decisão e divulgação (A4S, 2010).

Adams e Frost (2007) destacaram evidências que sugerem que as organizações podem ainda não ter sistemas adequados para suportar relatórios mais abrangentes. No Brasil, uma empresa brasileira de consultoria, especializada em serviços de sustentabilidade e educação, entrevistou 50 empresas na preparação de Relatórios de Sustentabilidade (RS) (IS, 2009). Trinta das empresas entrevistadas (60%) apontaram a falta de um sistema de coleta e gestão da informação como um problema relevante na preparação de RS. Cintra (2011) realizou um levantamento com *controllers* financeiros de 58 empresas para investigar as práticas de controle para a sustentabilidade em empresas que divulgam RS no Brasil. Dos entrevistados, 66% afirmaram que seus sistemas de contabilidade contemplam integralmente os dados financeiros necessários para preparar os RS. Esse número chega a 75%, se considerada a informação presente no sistema de maneira parcial. No entanto, em relação às informações físicas não financeiras, apenas 29% dos entrevistados afirmaram que o sistema de contabilidade contém, ao menos parcialmente, os dados necessários para a elaboração dos RS.

Os resultados de Skouloudis e Evangelinos (2009) mostraram que dados do desempenho econômico apresentam baixa incidência nos RS (23% em média), provavelmente porque as empresas se contentam em apresentar tais números em seus relatórios financeiros anuais. Assim, verificam-se lacunas nas práticas de comunicação, sugerindo a necessidade de desenvolvimento de sistemas e processos internos, a fim de coletar dados essenciais de desempenho não financeiro.

Essa necessidade de maior transparência vem inspirando instituições, empresas e o mundo acadêmico a buscar novas formas de se praticar a *accountability* para um número abrangente de *stakeholders*. Nesse sentido, uma promessa é o relato integrado. A utilização de relatórios e fontes de divulgação complementares “acabou deixando o conjunto de

informações corporativas demasiadamente extenso e complexo, dificultando sua interpretação” (NAGANO *et al.*, 2013, p. 9). O relato integrado, por sua vez, interligaria as informações dos documentos atuais, apresentando as informações relevantes e facilitando o entendimento da conexão entre os grupos de informação. Esse modelo de relatório tem o objetivo de tornar a informação mais acessível, apresentar a criação de valor empresarial e interligar as informações financeiras, ambientais, sociais e de governança das empresas (IIRC, 2014).

Jensen e Berg (2012) ressaltam que a elaboração de dois relatórios distintos – financeiro e o de sustentabilidade – só teria sentido se os fatos que os alimentam ocorressem de forma independente na empresa; justifica-se a existência de um relato integrado, que contemple uma visão mais completa do negócio, inclusive, metas e riscos relevantes. Os autores acreditam que o referido relato pode revelar o nível de desempenho sustentável de forma mais realista.

Eccles (2012) acredita que os relatos integrados podem interferir na forma de conduta das empresas, inclusive na definição de estratégias organizacionais pertinentes aos seus compromissos com a uma sociedade sustentável. Eccles e Krzus (2011) acreditavam que o relato integrado poderia contribuir para que as empresas buscassem soluções para os problemas que afetam o planeta.

Na proposta do *International Reporting Integrated Council (IIRC, 2014)*, os princípios fundamentais para a elaboração do relatório integrado devem ser: foco na estratégia e orientação para o futuro; conectividade das informações; capacidade de resposta aos *stakeholders*; materialidade e concisão; e coerência e comparabilidade. Com isso, espera-se que o produto do relato integrado venha a afetar positivamente a qualidade das informações divulgadas.

## 2.2 Qualidade na Divulgação dos RS

Do ponto de vista da *accountability*, os Relatórios de Sustentabilidade (RS) devem fornecer aos *stakeholders* informações com características de qualidade semelhantes às aquelas exigidas para relatos financeiros. Essa vinculação é discutida por Lamberton (2005), quando propõe uma estrutura para a contabilidade da sustentabilidade com base no modelo da contabilidade financeira. O autor inclui os atributos qualitativos da informação entre os componentes necessários para a contabilidade da sustentabilidade. Os atributos prescritos pelo órgão regulador contábil australiano, no SAC 3 *Qualitative Characteristics of Financial Information* (AASB, 2002), são semelhantes aos atributos que estavam sendo propostos para assegurar qualidade, confiança e acessibilidade à informação reportada, no âmbito do padrão emergente à época, o GRI G2 (GRI, 2002). Os seguintes atributos foram considerados: abrangência; acurácia, clareza; tempestividade; comparabilidade; neutralidade; relevância e contexto da sustentabilidade.

No Brasil, as características qualitativas da informação contábil foram atualizadas pelo CPC, por meio do pronunciamento CPC 00 (CPC, 2012a), que apresenta as características subdivididas em: fundamentais (relevância e representação fidedigna) e de melhoria (comparabilidade; verificabilidade; tempestividade e compreensibilidade).

As diretrizes GRI (GRI, 2011), por sua vez, apresentam as características qualitativas como princípios a serem seguidos na elaboração do RS, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 - Princípios de Qualidade da Informação nos RS**

Princípio	Definição
<b>1. Materialidade</b>	As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos <i>stakeholders</i> .
<b>2. Inclusividade</b>	A organização relatora deve identificar seus <i>stakeholders</i> e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes.
<b>3. Contexto</b>	O relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.
<b>4. Abrangência</b>	A cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.
<b>5. Equilíbrio</b>	O relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral.
<b>6. Comparabilidade</b>	Os problemas e informações deverão ser selecionados, compilados e relatados de forma consistente, permitindo aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações.
<b>7. Exatidão</b>	As informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização relatora.
<b>8. Periodicidade</b>	O relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentadas.
<b>9. Clareza</b>	As informações deverão estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que fizerem uso do relatório.
<b>10. Confiabilidade</b>	As informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

Fonte: GRI (2011).

Embora não haja uma correspondência estrita entre a subdivisão de princípios da contabilidade (CPC, 2012a) e da GRI (2011), os requisitos são semelhantes em diversos aspectos. Os quatro primeiros são exclusivos para a escolha dos aspectos sociais, ambientais e econômicos que devem ser de interesse dos *stakeholders* e julgados relevantes pela organização relatora para compor os RS. Os demais itens são atributos da informação que abrange os aspectos de mensuração, evidenciação e divulgação da informação, de forma semelhante às necessidades dos relatórios contábeis. Informações quantitativas monetárias divulgadas nos RS deveriam ser obtidas com base nos sistemas contábeis e, portanto, possuir as mesmas características qualitativas que foram empregadas em sua mensuração.

No que diz respeito aos trabalhos empíricos, vários estudos têm utilizado abordagens quantitativas – contagens de itens; percentuais; números de palavras, sentenças ou páginas – para verificar atributos das informações presentes nos RS (DEEGAN; RANKIN, 1997; DIAS, 2006; CARVALHO, 2007; CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2010; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2013). Os objetivos são, em geral, relacionados à verificação de informações divulgadas de um ano para outro (comparabilidade); à quantidade de boas e más notícias (equilíbrio); à aderência a um conjunto de indicadores ou informações (abrangência); ao atendimento às expectativas dos *stakeholders* (inclusividade). Todavia, investigar apenas o volume de informação divulgada pode ser potencialmente enganador, uma vez que não se leva em consideração a qualidade da informação divulgada (TOMS, 2002 *apud* BOUTEN *et al.*, 2011).

Em número menor, abordagens qualitativas têm sido aplicadas ao estudo das divulgações socioambientais, questionando se há atributos de qualidade na divulgação dos RS



das empresas e problemas têm sido apontados na prática narrativa (BOUTEN *et al.*, 2011; RICCIO, 2011; LESZCZYNSKA, 2012; CHRISTOFI; CHRISTOFI; SISAYE, 2012; TANNURI; VAN BELLEN, 2014). Índices gerais de qualidade da divulgação, que incluem elementos quantitativos para caracterizar uma boa divulgação, também têm sido disponibilizados. Alguns autores justificam a maior ponderação de itens de divulgação *hard*, tais como medidas quantitativas de *performance*, em comparação com itens *soft*, tais como a existência de uma política ambiental, pois os últimos, mesmo tendo qualidade, podem ser facilmente falseados (CLARKSON; RICHARDSON; VASTARI, 2008; BACHOO; TAN; WILSON, 2013). Todavia, o atributo de exatidão não tem sido apresentado na literatura pesquisada.

Neste trabalho, o termo acurácia é utilizado para representar o conceito de exatidão, conforme definido no padrão GRI (2011): “informações suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora”. A acurácia é um atributo de qualidade relacionado à mensuração de dados e é direcionado às informações quantitativas. Diz respeito à adequação das técnicas e cálculos para descrever e replicar os números reportados; à utilização de estimativas e margens de erro que não comprometam as conclusões sobre desempenho; à validade das informações em outras bases disponíveis ou relatórios divulgados pela organização (GRI, 2011).

A acurácia confere objetividade às informações e é uma qualidade necessária na perspectiva de *accountability*, pois os RS devem fornecer informação objetiva que permita aos *stakeholders* fazer uma estimativa confiável do desempenho da organização, seja nas dimensões social, ambiental ou econômica (GRAY, 2006).

### **2.3 Abordagem contábil dos indicadores econômicos GRI**

Os indicadores econômicos da versão G3.1 do GRI (2011) abordam três aspectos: desempenho econômico (de EC1 a EC4); presença no mercado (de EC5 a EC7); e impactos econômicos indiretos (de EC8 a EC9). O aspecto *desempenho econômico* objetiva demonstrar a distribuição da riqueza gerada pela organização aos seus públicos de relacionamento e as informações são, em sua maioria, quantitativas monetárias. O aspecto *presença no mercado* procura demonstrar a interação da organização com a comunidade local em relação às práticas de salários, contratação de empregados e fornecedores e abrangem informações com características quantitativas não monetárias. Por último, *impactos econômicos indiretos* é o aspecto que demonstra o nível de investimentos e serviços oferecidos à comunidade, bem como a compreensão da organização sobre as necessidades e os impactos criados como resultado de suas atividades econômicas, abrangendo informações qualitativas e quantitativas monetárias.

#### **2.3.1 O Indicador EC1 e a DVA**

No Indicador EC1, o padrão GRI (GRI, 2011) propõe que seja apresentada uma tabela – Valor Econômico Gerado e Distribuído (EVG&D) – com informações referentes ao Valor Econômico Gerado (EVG), composto pelas receitas operacionais e financeiras, e ao Valor Econômico Distribuído (EVD), composto pela soma dos custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao Governo e investimentos na comunidade. A diferença entre EVG e EVD é o Valor Econômico Retido

(EVR). Essas informações indicam a maneira pela qual a organização criou riqueza para os seus *stakeholders*.

**Quadro 2 - Modelo EVG&D**

Componente	Comentário
<b>Valor Econômico Direto Gerado (EVG)</b>	
a) <b>Receitas</b>	Vendas líquidas mais receitas provenientes de investimentos financeiros e venda de ativos.
<b>Valor Econômico Distribuído (EVD)</b>	
b) <b>Custos Operacionais</b>	Pagamentos para fornecedores, investimentos não estratégicos, <i>royalties</i> e pagamentos de facilitação.
c) <b>Salários e benefícios de empregados</b>	Total da folha de pagamento para empregados (pagamentos atuais, e não as obrigações futuras).
d) <b>Pagamentos para provedores de capital</b>	Todos os pagamentos financeiros feitos aos provedores de capital da organização.
e) <b>Pagamentos ao Governo (por País)</b>	Impostos brutos.
f) <b>Investimentos na Comunidade</b>	Contribuições voluntárias e investimento de fundos na comunidade como um todo (inclui doações).
<b>Valor Econômico Acumulado (EVR) - Calculado como EVG menos EVD</b>	Investimentos, hipotecas, etc.

Fonte: GRI (2011).

No Brasil, as empresas têm apresentado a DVA para reportar as informações da tabela EVG&D, devido à aparente semelhança dos itens solicitados nos dois modelos. A DVA é um relatório contábil que tem por objetivo evidenciar a contribuição das empresas para a formação da riqueza econômica local e a maneira como se faz a distribuição de tal riqueza entre os agentes que contribuíram para a sua formação (SANTOS; HASHIMOTO, 2003).

A DVA começou a ser estudada academicamente, no Brasil, em meados da década de 1990 (DE LUCA, 1996; 1998). Apesar de ter recebido diversas adaptações para se adequar à realidade brasileira, a DVA não é uma criação nacional. Ela tem antecedentes em outras localidades, como, por exemplo, Inglaterra, África e Índia (HOPWOOD, 1976; MARTINS, 1997; RAO, 2001). A Lei Ordinária n.11.638/07 tornou obrigatória a publicação e divulgação da DVA para todas as empresas de capital aberto a partir de 2008. O CPC 09 (CPC, 2008) sugere o modelo de apresentação, simplificado no Quadro 3.

Na DVA, as receitas incluem o total de vendas realizadas em cada período, com os respectivos tributos sobre essas receitas e outras receitas eventuais, inclusive aquelas provenientes de baixas e vendas de ativos. Os insumos e serviços adquiridos de terceiros compreendem as aquisições de matérias-primas, mercadorias, materiais, energia, serviços, dentre outros, e não inclui gastos com pessoal próprio e despesas financeiras. Todos esses itens são computados pelos seus valores brutos, ou seja, incluindo os impostos.

O valor adicionado bruto é a diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros, que são gastos cuja finalidade é cumprir o objetivo ao qual a empresa se comprometeu e que vão propiciar condições para a geração de receita de venda. O valor assim obtido, acrescido do valor adicionado recebido em transferência, pode ser distribuído: (i) aos empregados (pessoal); (ii) governo (impostos, taxas e contribuições); (iii) detentores do capital que esteve à disposição da empresa, como terceiros proprietários de bens móveis, imóveis e de recursos financeiros (remuneração de capital de terceiros); e (iv) aos acionistas (remuneração de capital próprio).

**Quadro 3 - Modelo de Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral**

DESCRIÇÃO	milhares de R\$ 20X1	milhares de R\$ 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
<b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>		
<b>8.1) Pessoal</b>		
<b>8.2) Impostos, taxas e contribuições</b>		
<b>8.3) Remuneração de capitais de terceiros</b>		
<b>8.4) Remuneração de Capitais Próprios</b>		
<b>(*) O Total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7</b>		

Fonte: Adaptado de CPC (2008).

O valor adicionado recebido em transferência representa a riqueza que não foi criada pela própria entidade, mas por terceiros, com recursos da empresa e a ela transferida. Inclui o resultado de participações em outras companhias, receitas financeiras e outras receitas, tais como os aluguéis e *royalties*. Em comparação com as informações solicitadas pelo padrão GRI - G3, na tabela EVG&D, a DVA apresenta diferenças na forma de apresentação e na composição dos itens.

**Quadro 4 - Diferenças entre a DVA e a EVG&D**

GRI - EVG&D	DVA
<b>Receitas inclui valores recebidos em transferência (resultado de equivalência patrimonial e receitas financeiras).</b>	Receitas não inclui valores recebidos em transferência que é demonstrado em linha específica.
<b>Custos Operacionais inclui aluguéis e royalties; não inclui perda e recuperação de ativos e, não faz menção à depreciação, amortização e exaustão.</b>	Insumos adquiridos de terceiros inclui perda e recuperação de ativos e não inclui aluguéis e <i>royalties</i> . Depreciação, amortização e exaustão são demonstrados em linha específica.
<b>Valor Econômico Direto Gerado corresponde somente às receitas</b>	Valor Adicionado Bruto corresponde às receitas menos insumos adquiridos de terceiros, incluindo a depreciação, amortização e exaustão.
<b>Pagamentos para provedores de capital inclui remuneração de capital próprio e de capital de terceiros. Não inclui lucros retidos/prejuízo e não inclui aluguéis e royalties.</b>	Remuneração de Capital de Terceiros inclui aluguel e <i>royalties</i> . Remuneração de capital próprio inclui lucros retidos ou prejuízo do exercício.
<b>Investimentos na Comunidade</b>	Não há linha específica.
<b>Valor Econômico Acumulado é a diferença entre valor gerado (receitas) menos valor distribuído, podendo resultar em saldo positivo.</b>	Valor adicionado é igual ao e valor distribuído, portanto a diferença é nula.

Fonte: Elaboração própria.

Com respeito às diferenças relevantes entre os modelos adotados, observa-se a conceituação de receitas; o valor gerado; a remuneração de capital; e os investimentos na

comunidade, não segregados na DVA, mas solicitados no padrão GRI. O investimento na comunidade compreende as contribuições voluntárias para fundos da comunidade, tais como instituições de caridade, ONGs e institutos de pesquisa (não relacionados ao departamento de pesquisa e desenvolvimento da empresa) e, ainda, investimento de recursos em empreendimentos em prol da comunidade, cujos beneficiários são externos à empresa, como a alocação de recursos para apoiar projetos de infraestrutura da comunidade (por exemplo, áreas de lazer) e custos diretos de programas sociais (incluindo eventos artísticos e educativos). Na DVA, os gastos dessas naturezas são inseridos como “insumos adquiridos de terceiros”.

O padrão GRI recomenda apresentar os dados em regime de competência ou, quando justificável, em regime de caixa, devendo indicar o regime contábil usado para fins de clareza. As informações da DVA, por sua vez, seguem, rigorosamente, o regime de competência.

### 2.3.2 O Indicador EC3 e a normatização de Benefícios a Empregados

No Indicador EC3, o padrão GRI (2011) propõe que sejam apresentadas informações referentes ao plano de benefício definido (PBD) para aposentadoria que a empresa oferece aos seus funcionários. Nessa modalidade de plano de pensão, a empresa se compromete a formar e manter um fundo de recursos para assegurar que seus funcionários usufruam, por ocasião de suas aposentadorias, de benefícios pré-estabelecidos, tais como salários equivalentes aos dos funcionários em atividade e assistência médica.

A empresa e seus funcionários contribuem, conjuntamente, para a formação dos fundos de recursos necessários à concessão dos benefícios definidos futuros, nas condições estabelecidas em cada contrato, já que não há lei específica para tal. Os valores são, periodicamente, retidos de ambas as partes e administrados para preservar o poder aquisitivo e garantir o cumprimento das obrigações à medida que surgem. Enquanto não são utilizados, os referidos recursos são denominados ativos do plano e devem ser suficientes, permanentemente, para cobrir as obrigações presentes com o plano de benefícios futuros e, quando não o forem, as empresas devem complementar suas contribuições até o montante das obrigações existentes.

A relevância destacada no padrão GRI está relacionada com as implicações financeiras para a empresa, bem como a garantia e a qualidade dos benefícios aos empregados. Nesse sentido, solicita informações sobre a estimativa das obrigações que são cobertas com recursos da empresa; o valor do ativo do plano para cobertura do passivo referente às aposentadorias; critérios de cálculo; além de estratégias para se atingir o valor das obrigações quando os ativos não forem suficientes para a sua cobertura.

Há outras modalidades de planos, tais como o de contribuição definida ou os planos de saúde, todavia a preocupação, no padrão GRI, concentra-se nos planos de natureza previamente definida, haja vista as incertezas que o envolvem. No PBD, a empresa tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados e quaisquer riscos, tanto atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) como de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre a entidade. O padrão GRI recomenda utilizar os regulamentos das jurisdições pertinentes e indica a norma internacional de contabilidade IAS 19, que tem sua correspondência nacional no CPC 33 Benefícios a Empregados (CPC, 2012b).

Segundo essas normas, a contabilização de benefícios a empregados envolve a apuração do valor presente das obrigações atuariais e o valor justo dos ativos do plano, cuja diferença é

o valor líquido de passivo (ou ativo) atuarial que deve ser evidenciado no BP da entidade patrocinadora. A empresa deve divulgar os ativos em NE, distinguindo-os em classes de ativos de acordo com a sua natureza e risco.

A divulgação deve explicar as características dos PBD, bem como a conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento do passivo (ou ativo) atuarial reconhecido no BP. Esse detalhamento deve ser demonstrado em NE, evidenciando em conciliações separadas a movimentação dos ativos do plano e das obrigações. Se a divulgação for realizada de acordo com os requisitos definidos no CPC 33 (CPC, 2012b), as informações do valor da obrigação atuarial e do valor do ativo do fundo estão ao fim do exercício e desagregadas de outros planos, isto é, segregadas àquelas referentes ao PBD da entidade. Nesse caso, todas as informações necessárias para a divulgação do indicador EC3 no RS podem ser encontradas nas NEs às demonstrações contábeis.

Entretanto, Carneiro *et al.* (2013) não encontraram volume de divulgação significativo de informações sobre benefícios a empregados. Elas analisaram as demonstrações financeiras de 366 companhias listadas na BM&FBovespa com o objetivo de identificar o nível de atendimento aos requisitos de divulgação relativos aos benefícios a empregados e constataram baixo volume de evidenciação de informações sobre os referidos benefícios, sendo que as poucas divulgações foram feitas por empresas classificadas nos níveis diferenciados da BM&FBovespa (novo mercado, nível 1 e nível 2).

### 2.3.3 O Indicador EC4 e a normatização de subvenções governamentais

Em relação ao Indicador EC4, o padrão GRI (2011) propõe que sejam apresentadas informações sobre os benefícios financeiros significativos, diretos ou indiretos, recebidos de governos para contribuir com a empresa. A divulgação deve ser feita em regime de competência e incluir os seguintes itens, quando relevantes, incentivos fiscais ou créditos fiscais; subsídios; subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos de concessões; prêmios; incentivos que retardam o pagamento de *royalties*; ajuda financeira de agências de crédito de exportação; incentivos financeiros; outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação. Esses benefícios financeiros não representam uma transação de bens e serviços, mas são incentivos ou compensações por ações empreendidas. O padrão GRI recomenda utilizar os regulamentos e normas das jurisdições pertinentes e indica a norma internacional de contabilidade IAS 20, representada no Brasil pelo CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais (CPC, 2010).

Segundo o CPC 07, subvenção governamental é uma assistência governamental, geralmente de forma pecuniária (isenções e reduções tributárias, empréstimos subsidiados, incentivos sociais, doações, subsídios, prêmios, entre outras), concedida a uma entidade em troca do cumprimento de determinadas regras e obrigações relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções podem estar relacionadas a ativos, quando é exigido que a entidade compre, construa ou, de outra forma, adquira ativos de longo prazo. Também podem estar relacionadas a resultados, quando envolve a concessão de benefícios à entidade sob outras condições. As subvenções podem ser recebidas na forma de isenção ou redução tributária; empréstimo subsidiado; investimento em fundos regionais; compensação por gastos e perdas incorridos; ativos não monetários para uso da entidade, dentre outras.

Conforme Taveira (2009), as subvenções governamentais para investimentos são concedidas para aplicação em empreendimentos prioritários em termos de necessidades



sociais. Ao se beneficiar de recursos públicos, a companhia aumenta sua obrigação de prestar contas sobre a forma de uso do benefício que lhe foi concedido.

O padrão GRI observa que a contabilidade financeira inclui os itens necessários para demonstrar a ajuda significativa de governos, conforme solicitado no EC4. Contudo, os itens não são consolidados conforme o indicador requer. O CPC 07 (CPC, 2010) estabelece que a entidade deve divulgar a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis. Todavia, as entradas e as saídas do recurso podem estar associadas com períodos de competência distintos. Em decorrência disso, pode haver uma divergência entre a informação que o padrão GRI requer e o que a contabilidade pode fornecer.

### 3 Metodologia da Pesquisa

O presente trabalho é um estudo descritivo e qualitativo, com o uso de técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

#### 3.1 A amostra

Este trabalho analisa a divulgação das empresas brasileiras do setor de energia elétrica que divulgaram Relatórios de Sustentabilidade (RS) no padrão GRI G3.1 (2011), no ano de 2011, referentes às suas atividades do ano de 2010. De um total de 30 empresas com divulgação registrada nos setores *energy* e *energy utilities* da base de dados *Sustainability Disclosure Database (SDD)*, *website* de busca de relatórios disponibilizado pela GRI (2013), foram excluídas as empresas dos setores de óleo e gás e do setor sucroalcooleiro. A amostra do estudo resultou em 23 empresas: AES Eletropaulo; AES Sul; AES Tietê; Ampla; Celpe; Cemig; Chesf; Coelba; Coelce; Copel; CPFL; CTEEP; EDP Energias do Brasil; Elektro; Eletrobrás; Endesa Cachoeira; Endesa Cien; Endesa Fortaleza; Light; Itaipu; Rede Empresas e Tractebel.

#### 3.2 O método de análise de conteúdo

O método de análise de conteúdo contempla técnicas para a coleta e análise de dados que envolvem a codificação de informações qualitativas e quantitativas em categorias predefinidas, de forma a derivar padrões de apresentação da informação (GUTHRIE *et al.*, 2004). Tem sido utilizada com frequência em pesquisas sobre a divulgação de informações em relatórios. Contudo, conforme apontado por Bouten *et al.* (2011), os pesquisadores têm falhado em explicar adequadamente como foi conduzida a aplicação da técnica, o que resulta em pouco entendimento sobre o método e falta de credibilidade em relação aos resultados gerados.

A aplicação da análise de conteúdo possibilita, de forma metodológica e sistemática, transformar os dados brutos em uma representação que permite inferir sobre as características do conteúdo analisado. Para tanto, o processo necessita da definição de categorias para classificação dos dados e de pessoas no papel de codificadores, as quais poderão ter interpretações divergentes durante a codificação.

Guthrie e Mathews (1985), Milne e Adler (1999) e Guthrie *et al.* (2004) discutem os requisitos técnicos que são necessários para garantir efetividade na aplicação da análise de conteúdo: categorias para classificação das informações, clara e operacionalmente definidas; objetividade nos critérios definidos para decidir se uma informação pertence ou não a uma categoria; informações quantificáveis e um processo para demonstrar a confiabilidade dos instrumentos utilizados ou dos resultados alcançados com a aplicação daqueles instrumentos.

### 3.2.1 Aplicação da Análise de Conteúdo no Protocolo de Indicadores GRI G3

Para entendimento detalhado dos indicadores econômicos (de EC1 a EC9), a GRI publica o IP, que é um documento anexo ao Guia de Diretrizes para RS. No IP são encontradas as instruções para compilação dos dados e outras informações que têm como objetivo auxiliar a preparação dos relatórios e assegurar a consistência na interpretação do desempenho dos Indicadores (GRI, 2011).

No Padrão GRI G3.1, para cada Indicador, o texto subdivide-se nos tópicos: *relevância* (destaca a importância do indicador no contexto da responsabilidade social corporativa CSR); *compilação* (explica como obter as informações sobre o indicador e o que deve ser reportado a seu respeito); *definições* (define termos que foram usados no item *compilação*); *documentação* (em quais documentos da empresa podem ser encontradas as informações); e *referências* (padrões e normas internacionais que podem ser consultados).

No texto do IP, não são destacadas as informações que devem ser reportadas para cada um dos indicadores, bem como apresentadas, ao longo do texto, outras informações que seriam importantes ou desejáveis e elementos de contexto que auxiliam na apuração dos dados. Nesse sentido, Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) discutiram a necessidade de decomposição dos indicadores GRI em unidades de informação mais detalhadas para a análise de divulgação. Neste trabalho, a análise de conteúdo foi aplicada visando à decomposição dos Indicadores de EC1 a EC9 em subindicadores (*SI*). Primeiro, foi feita a interpretação do que o IP orienta que as empresas devem divulgar para cada um dos indicadores econômicos propostos. Foi utilizado o IP versão GRI G3 (2006) e versão GRI G3.1 (2011) em língua portuguesa. Complementarmente, a versão em língua inglesa foi consultada para dirimir eventuais dúvidas sobre o significado original das palavras.

Em seguida, foram definidas as categorias: *proposto* e *adicional*. A técnica adotada foi a *análise de vocabulário*, a qual utiliza como unidade de significação a palavra e é direcionada à interpretação de substantivos, adjetivos e tempos verbais (BARDIN, 2011). A classificação na categoria *proposto* foi feita a partir das formas verbais usadas no IP: *relate*; *indique*; *explique*; *mostre*; *divulgue*; *deve ser*; *declare*. A classificação na categoria *adicional* foi feita a partir das expressões verbais: *é recomendável*; *poderia(m) ser apresentado(s)*; *identifique*; *apure*; *calcule*, que representam características opcionais, recomendações ou instruções de apuração. A aplicação resultou na interpretação apresentada no Quadro 5, com os indicadores, *SI* e seus respectivos tipos e unidades de medida.

A validação da aplicação foi feita por meio de um teste-piloto para a coleta dos Indicadores EC1 a EC9, nos RS de empresas de diversos setores. O teste-piloto foi desenvolvido, no período de 2009 a 2013, por uma equipe de pesquisadores com conhecimentos contábeis, que atuaram como codificadores. Após a coleta, os pesquisadores se reuniram em grupos focais para discutir e solucionar as divergências na interpretação das informações divulgadas nos RS em relação à redação do IP.

**Quadro 5–Decomposição dos Indicadores em Subindicadores (SI)**

PERSPECTIVA ECONÔMICA			
Indicador	Subindicadores (SI)	Tipo	Unidade
<b>Aspecto: Desempenho Econômico</b>			
<b>EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos</b>	EC1.1 Receitas	Quant	R\$ milhões
	EC1.2 Custos Operacionais	Quant	R\$ milhões
	EC1.3 Salários e Benefícios de Empregados	Quant	R\$ milhões
	EC1.4 Pagamentos para Provedores de Capital	Quant	R\$ milhões
	EC1.5 Pagamentos ao Governo	Quant	R\$ milhões
	EC1.6 Investimentos na Comunidade	Quant	R\$ milhões
	EC1.7 Valor Econômico Acumulado	Quant	R\$ milhões
<b>EC2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas</b>	EC2.1 Descrição da Alta Administração	Quali	0-1
	EC2.2 Descrição de Riscos	Quali	0-1
	EC2.3 Descrição de Oportunidades	Quali	0-1
	EC2.4 Impactos financeiros de riscos e oportunidades	Quant	R\$ milhões
<b>EC3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece</b>	EC3.1 Cobertura pela empresa das obrigações do Plano de Benefício Definido.	Quant	R\$ milhões
	EC3.2 Valor do ativo do Fundo alocado para cobertura do passivo de aposentadorias.	Quant	R\$ milhões
	EC3.3 Contribuição do salário do empregado para o plano de aposentadoria.	Quant	%
<b>EC4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo</b>	EC4.1 Incentivos Fiscais.	Quant	milhões
<b>Aspecto: Presença no Mercado</b>			
<b>EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.</b>	EC5.1 Proporção do salário mais baixo em relação ao mínimo local.	Quant	N. de vezes ou %
<b>EC6 - Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.</b>	EC6.1 Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	Quant	%
<b>EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros da alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.</b>	EC7.1 Proporção de membros da alta gerência recrutados na comunidade local	Quant	%
<b>Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos</b>			
<b>EC8 - Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i>.</b>	EC8.1 Investimentos ou custos em infraestrutura ou serviços para a comunidade ou economias locais	Quant	R\$ milhões
	EC8.2 Descrição da avaliação de necessidades da comunidade ou economias locais.	Quali	0-1
<b>EC9 - Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.</b>	EC9.1 Descrição de impactos Econômicos Indiretos.	Quali	0-1

Fonte: Elaboração própria.

### 3.2.2 Aplicação da Análise de Conteúdo nos RS das Empresas da Amostra

A verificação de acurácia na divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) das empresas da amostra foi feita sobre os subindicadores quantitativos monetários identificados no Quadro 5. As informações foram classificadas nas categorias Acurácia (AC) e Não Acurácia (NAC) por meio da análise temática (BARDIN, 2011). A acurácia da informação quantitativa monetária divulgada nos RS foi definida a partir do desenvolvimento de três afirmações, construídas com base nos testes de autodiagnóstico, recomendados pela GRI (2011): (i) a informação divulgada no RS é encontrada nas demonstrações financeiras obrigatórias divulgadas; (ii) as informações encontradas nas demonstrações obrigatórias são suficientes para reproduzir ou explicar a informação divulgada no RS; e (iii) os valores divulgados no RS não apresentam variação significativa em relação aos valores divulgados nas demonstrações obrigatórias.

As assertivas mencionadas foram consideradas como requisitos de acurácia na divulgação. Para cada subindicador quantitativo monetário, os codificadores verificaram se a informação atendia a esses requisitos. Para classificação na categoria AC, a informação deveria atender aos três requisitos simultaneamente. Cada informação do RS foi buscada e confrontada com as informações presentes nas demonstrações obrigatórias (DRE; BP, NE e DVA). Quando a composição da informação estava apresentada de forma diferente do que é solicitado no padrão GRI, foi refeita a composição para permitir a comparação e a quantificação de sua variação. Um desvio acima de 5% foi considerado como variação significativa, para cima ou para baixo, em relação à informação reportada nos relatórios contábeis. Como essa análise foi feita por pesquisadores contábeis, supõe-se que estes têm um nível de entendimento adequado para (i) analisar as diferenças de composição de cada tipo de relatório; (ii) reproduzir e/ou replicar a informação solicitada pelo Protocolo GRI; e (iii) analisar se existem variações significativas que podem influenciar na avaliação da informação.

Para a validação da codificação, um caminho usual para alcançar confiabilidade é utilizar vários codificadores e, após a codificação, confirmar que há poucas discrepâncias e de pouca importância entre eles ou reanalisar todas as discrepâncias e resolver as diferenças (MILNE e ADLER, 1999). Esse procedimento foi utilizado nesta pesquisa, na qual seis pesquisadores participaram do teste-piloto, descrito na seção 3.2.1, para definir os subindicadores do Quadro 5. Outro caminho, segundo Milne e Adler (1999), é a definição de categorias e regras de decisão muito bem especificadas. Essa alternativa foi adotada na verificação de acurácia: para responder às três afirmações os dados foram codificados por dois pesquisadores, que utilizaram tabelas comparativas entre as informações solicitadas no IP e as apresentadas nas demonstrações contábeis, além de palavras-chave, visando a um entendimento mais uniforme na interpretação do conteúdo analisado.

Para quantificar a divulgação dos RS, é comum a utilização de índices (MARSTON; SHRIVES, 1991). Assim, o índice de acurácia definido nesta pesquisa corresponde a uma proporção da quantidade de respostas positivas em relação a uma base válida de comparação, representada pelo total de questões deduzidas das questões referentes a subindicadores não aplicáveis (NAP) e não disponíveis (ND), conforme Quadro 6. Foram considerados os subindicadores ND, quando a empresa comunica que a informação não é disponível, mas

justifica a razão da não divulgação, e subindicadores *NAp*, quando a empresa comunica que a informação não se aplica ao seu segmento de negócio ou tipo de empresa.

**Quadro 6 – Índice de Acurácia**

Índice de Acurácia	Escala Intervalar
$I_{AC} = \frac{T_{AC}}{TQ_{AC} - TQ_{Nap} - TQ_{ND}}$	$I_{AC} \geq 0,6$ : Alto Índice de acurácia $0,4 \leq I_{AC} < 0,6$ : Médio índice de acurácia $I_{AC} < 0,4$ : Baixo índice de acurácia

Legenda

*T<sub>AC</sub>*: Total de questões de acurácia respondidas afirmativamente

*TQ<sub>AC</sub>*: Total de questões de acurácia      *TQ<sub>Nap</sub>*: Total de questões referentes a SI não aplicáveis (*NAp*)

*TQ<sub>ND</sub>*: Total de questões referentes a SI não disponíveis ((*ND*))

Fonte: Elaboração própria

#### 4 Apresentação e discussão dos resultados

Para cada uma das 23 empresas da amostra, foram analisadas três questões relativas à *AC* para cada um dos 12 *SIs* quantitativos monetários, totalizando 276 itens coletados e 828 itens analisados. A Tabela 1 apresenta o resultado da análise da *AC* das empresas, mostrando a acurácia (*S*) ou não acurácia (*N*) de cada *SI*.

Os resultados evidenciados na Tabela 1 mostram que o índice de acurácia (*I<sub>AC</sub>*) é médio ou baixo para todas as empresas da amostra. A análise de acurácia do indicador *ECI* foi feita em confronto com as informações divulgadas na DVA. À exceção de Cemig, Cpfl e Coelba, as demais empresas se limitaram a apresentar ou indicar a DVA no RS. Nenhuma delas apresentou uma tabela específica, com a composição das informações conforme solicitado no IP. Chesf, Eletrobrás e Tractebel não apresentaram os itens de Receitas (*ECI.1*) e Custos (*ECI.2*), apenas a distribuição do valor adicionado, conforme a DVA (*ECI.3* a *ECI.5*). No *ECI.1*, Copel, Edp, Rede Energia e Tractebel apresentaram a informação da DVA, contudo, como a receita financeira e/ou de equivalência patrimonial foram altas, a variação foi significativa em relação ao divulgado no RS. As demais empresas apresentaram *AC* no *ECI.1* e no *ECI.2*, mas por mera circunstância, uma vez que, embora os itens tenham diferença de composição no modelo DVA e no padrão GRI, os valores nos dois relatórios não apresentaram variação significativa.

No *ECI.3*, somente a Celpe não apresentou *AC*, e, no *ECI.4*, a Coelba apresentou não *AC* devido ao valor de lucros retidos ter proporcionado uma diferença maior do que 5% entre a DVA e o valor informado no RS.

No *ECI.5*, AES Tietê e Tractebel apresentaram não *NAC*, pois os valores são diferentes e não foram encontradas informações nos relatórios financeiros para reproduzir o valor do RS.

O subindicador *ECI.6* não foi reportado pelas empresas, e o *ECI.7* foi classificado como *NAC* porque é resultante de uma composição que não é similar nos dois relatórios. Esses resultados podem ser objeto de reflexão em dois aspectos. Primeiro, as informações dos subindicadores de *ECI.1* a *ECI.5* já são disponíveis no sistema contábil, uma vez que são usadas na preparação da DVA. Então, apenas alguns ajustes de composição seriam necessários para a sua apresentação com *AC* no RS. Segundo, a informação do *ECI.6*,



investimento na comunidade, não está disponível nos sistemas contábeis, e sua preparação demanda esforços na identificação e acumulação, destacada dos demais gastos efetuados no período, os quais em sua maior parte devem estar acumulados em Custos (EC1.2) e Salários e Benefícios (EC1.3).

**Tabela 1 – Resultado da Acurácia das Empresas**

Empresas	Subindicadores (SI)												I <sub>AC</sub>
	EC1							EC2	EC3		EC4	EC8	
	1	2	3	4	5	6	7	4	1	2	1	1	
<b>AES Eletropaulo</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	N	NI	NI	N	N	<b>0,42</b>
<b>AES Sul</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	<b>0,42</b>
<b>AES Tietê</b>	S	S	S	S	N	NI	NI	NI	NI	NI	NI	Nap	<b>0,36</b>
<b>Ampla</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	S	S	N	NI	<b>0,58</b>
<b>Celpe</b>	S	S	N	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	NI	N	<b>0,33</b>
<b>Cemig</b>	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	<b>0,00</b>
<b>Cesp</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	NI	N	<b>0,42</b>
<b>Chesf</b>	NI	NI	S	S	S	NI	NI	NI	Nap	Nap	NI	NI	<b>0,25</b>
<b>Coelba</b>	S	S	S	N	S	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	<b>0,33</b>
<b>Coelce</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	N	S	S	N	N	<b>0,58</b>
<b>Copel</b>	N	S	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	S	NI	<b>0,33</b>
<b>CPFL</b>	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	Nap	N	<b>0,00</b>
<b>EDP</b>	N	S	S	S	S	NI	NI	NI	S	S	N	N	<b>0,40</b>
<b>Elektro</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	N	NI	<b>0,42</b>
<b>Eletróbrás</b>	NI	NI	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	<b>0,25</b>
<b>Endesa Cachoeira</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	Nap	Nap	Nap	NI	<b>0,45</b>
<b>Endesa Cien</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	Nap	Nap	Nap	N	<b>0,45</b>
<b>Endesa Fortaleza</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	Nap	Nap	N	NI	<b>0,45</b>
<b>Furnas</b>	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	Nap	NI	<b>0,08</b>
<b>Itaipu</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	NI	N	<b>0,50</b>
<b>Light</b>	S	S	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	Nap	NI	<b>0,45</b>
<b>Rede Energia</b>	N	N	S	S	S	NI	NI	NI	NI	NI	S	N	<b>0,20</b>
<b>Tractebel</b>	N	NI	S	S	N	NI	NI	NI	NI	NI	NI	N	<b>0,17</b>
<b>Percentual de divulgação (%)</b>	<b>61</b>	<b>70</b>	<b>83</b>	<b>78</b>	<b>78</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>0,09</b>	<b>0</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, os resultados mostram que as empresas apenas reproduziram os números da DVA nos RS, sem processar as alterações requeridas para atender ao objetivo do GRI, que é o de evidenciar o volume total de receitas auferidas como valor adicionado, seguido da sua distribuição em custos de produção, gastos com pessoal, impostos, pagamento aos provedores de capital e investimentos na comunidade. Trata-se de uma estrutura conceitual distinta do que é definido para a DVA, a qual considera como valor adicionado a diferença entre o volume de receita e o total de insumos adquiridos com terceiros, e como valor adicionado distribuído, apenas os valores destinados aos empregados, governo,

remuneração do capital de terceiros e do capital próprio. São duas demandas distintas, portanto a informação deve ser reformulada para atender a cada uma delas.

No *EC2.4*, o padrão GRI solicita a quantificação dos riscos e das oportunidades para os negócios da empresa decorrentes de mudanças climáticas. Não há normatização contábil referente a essa informação. Assim, quando a empresa apresentou alguma informação monetária, foi feita a busca por meio de palavras-chave nos relatórios contábeis. A maioria das empresas não apresentou informação quantitativa, apenas o relato qualitativo, que tampouco correspondeu ao que é efetivamente solicitado no padrão GRI, na maioria dos casos. No IP, são destacados muitos exemplos para clarificar o relato desse indicador, mas as empresas apresentaram ações que vêm fazendo para reduzir os gases de efeito estufa (objeto dos indicadores ambientais *EN16* e *EN18*) ou para gerenciar os impactos de mudanças climáticas, bem como investimentos realizados no período. A interpretação é que as empresas não apresentaram um entendimento correto sobre o que deve ser divulgado e não possui quantificações relativas às estimativas de receitas, custos ou investimentos que seriam necessários a essa divulgação.

A análise de acurácia do indicador *EC3* foi feita em confronto com as informações divulgadas na NE referente a Benefícios de Empregados. As únicas empresas que obtiveram *AC* no *EC3.1* (estimativa de obrigações) e *EC3.2* (valor do ativo do fundo) foram Ampla, Coelce e Edp, correspondendo a 10% da amostra. Os subindicadores foram classificados em *Nap*, no caso de as empresas declararem no RS não possuir a modalidade de PBD. Essa afirmação foi verificada nas NE. A maioria das empresas afirmou possuir o plano, mas elas não apresentaram os valores respectivos dos *SI* ou os apresentaram de forma consolidada com os valores de outros planos, não permitindo reproduzir a informação e foram classificadas como *NAC*. O baixo percentual de divulgação desse indicador causa surpresa, uma vez que as informações solicitadas no padrão GRI devem ser apuradas e divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme orienta o CPC 33 (CPC, 2012b). A interpretação é que as empresas não apresentaram um entendimento correto sobre o que deve ser divulgado no RS, já que, nesse caso, elas claramente possuem as informações solicitadas. A baixa acurácia nas informações sobre benefícios a empregados também nas demonstrações contábeis foi constatada por Carneiro *et al.* (2013).

No *EC4.1*, somente Copel e Rede Energia apresentaram *AC*. Em geral, as empresas relatam a aplicação de incentivos fiscais, descrevem os projetos, apresentam montantes de aplicações em programas específicos, mas os valores não são destacados ou consolidados em NE nas demonstrações contábeis para permitir a confrontação das informações. As informações solicitadas no IP correspondem ao que é estabelecido no CPC 07 (CPC, 2010), que define a forma de divulgação de subvenções e assistência governamental. As empresas devem divulgar em NE a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis (item 39). A interpretação, nesse caso, é que as informações existem nos sistemas contábeis, mas há necessidade de um esforço de consolidação e explicação dos diversos itens para apresentá-los com *AC* no RS.

As subvenções governamentais possuem diretrizes específicas definidas não só por lei, mas, principalmente, pela teoria contábil, no que concerne ao reconhecimento do evento dentro do regime de competência devido, como também, de evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis os detalhes que envolvem suas obrigações presentes e futuras. As subvenções, por sua vez, representam recursos públicos que foram colocados à disposição de terceiros específicos com a condição de promover o benefício social da região envolvida

(TAVEIRA, 2009), fato que torna mais que obrigatória a *accountability*, principalmente de forma integrada, contudo não se constatou evidenciação em nível adequado nos relatórios analisados.

No *EC8.I*, o padrão GRI solicita que sejam informados os investimentos realizados em infraestrutura e serviços sociais para benefício público. Como não há normatização contábil referente a essa informação, para as empresas que apresentaram alguma informação quantitativa, foi feita a busca por meio de palavras-chave nos relatórios contábeis. Algumas empresas descreveram projetos que não se relacionam com o objetivo do indicador. Outras não apresentaram valores monetários, enquanto um terceiro grupo de empresas não clarifica a natureza dos projetos para a verificação de aderência ou não ao que é solicitado no padrão GRI. A interpretação é que essa é uma informação que exige esforços para apuração, para relatar com clareza os investimentos específicos voltados para infraestrutura da comunidade.

## 5 Considerações finais

Este estudo investigou a acurácia na divulgação dos indicadores econômicos GRI nos RS de uma amostra de empresas do setor de energia elétrica no Brasil. A análise foi feita por meio da comparação das informações quantitativas monetárias divulgadas nos RS com as informações contábeis disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados mostram que o grau de acurácia é médio ou baixo para todas as empresas da amostra. Tal achado é coerente com estudos anteriores que encontraram divergência em informações de diferentes fontes – Relatório Anual, RS e outro – ou ao longo dos anos ou comparado ao GRI (ADAMS; FROST; WEBBER, 2004; FROST *et al.*, 2005; ADAMS; FROST, 2007).

Contudo, a suposição era de que a divulgação dos indicadores econômicos GRI não seria um problema para as empresas, uma vez que estão familiarizadas com a produção de demonstrações financeiras. Conforme discutido neste trabalho, muitas informações necessárias para o relato nos RS têm amparo em normatizações contábeis mais recentes. Assim, seria de se esperar que, para os indicadores analisados, a experiência com a DVA no Brasil ajudaria a atender à confecção dos indicadores GRI. Não obstante, o estudo mostra que as empresas se limitaram a reproduzir os números da DVA sem processar pequenas adaptações. O mesmo ocorreu com as informações sobre os fundos de pensão e sobre as subvenções governamentais, que deveriam passar por ajustes, síntese e compilações que não foram produzidas para atender à divulgação no padrão GRI.

Por um lado, há um avanço nas proposições de integração da divulgação e as empresas demonstram disposição a adotar abordagens mais sofisticadas, como as propostas para o relato integrado; por outro lado, a presente pesquisa mostrou que ainda há dificuldades na simples coleta de dados econômicos, nos sistemas em uso, para a produção dos RS.

Os resultados sugerem problemas nos sistemas de informação e sistemas de controle gerencial das empresas, conforme constatado em pesquisas anteriores (ADAMS; FROST, 2007; IS, 2009; CINTRA, 2011; SKOULUDIS; EVANGELINOS, 2009). Outras causas podem estar relacionadas a evidências de pesquisas que apontam problemas de ordem cultural e comportamental, como a falta de conhecimento sobre os RS e o padrão GRI; a não prioridade para o reporte voluntário e a falta de construção de cultura interna (IS, 2009; CINTRA, 2011). Também se observa que as premissas do relato integrado ainda não estão em prática nas companhias estudadas, prejudicando assim as possibilidades de se ter visão geral

dos negócios, das estratégias adotadas, bem como do nível de comprometimento com a sustentabilidade (JENSEN e BERG, 2012; ECCLES, 2012; ECCLES e KRZUS, 2011).

Nesse sentido, a falta de qualidade aferida nesta pesquisa demonstra que as empresas estão falhando em sua obrigação de *accountability*. Independente do padrão a ser seguido pelas empresas, a verdadeira *accountability* da sustentabilidade só poderá ser feita com informações direcionadas aos interesses de um conjunto ampliado de *stakeholders* (FREEMAN, 1984; CINTRA; CARVALHO; PERLINGEIRO, 2008; EDWARDS; BIRKIN; WOODWARD, 2002; GRAY; OWEN; ADAMS, 1996). Embora as informações contábeis sejam divulgadas em relatórios financeiros, as abordagens dos RS exigem que essas sejam adaptadas e sejam compreensíveis para atender ao objetivo de *accountability*.

A técnica de análise de conteúdo foi aplicada de forma inovadora na análise da divulgação em RS. Os indicadores, de EC1 a EC9, foram decompostos em unidades menores de informação, com seus respectivos tipos e unidades de medida. A classificação da acurácia dessas informações foi feita com base nos requisitos de qualidade necessários para a divulgação de informações quantitativas monetárias. A decomposição dos indicadores em subindicadores e a observância aos critérios de acurácia definidos nesta pesquisa pode auxiliar as empresas na melhoria da qualidade da divulgação de seus indicadores econômicos.

A metodologia apresentada pode ser aplicada em outros estudos acadêmicos para verificação de acurácia na divulgação de informações quantitativas monetárias. Não obstante os requisitos adotados nesta pesquisa para validação da codificação de acurácia, uma limitação na aplicação da técnica de análise de conteúdo é a possibilidade de apresentar falhas nos resultados, decorrentes de interpretação divergente por partes dos pesquisadores envolvidos.

Outra limitação da pesquisa é não prover uma contribuição mais abrangente para o processo de confecção dos RS. Como grande parte das informações requeridas se apresentaram despadronizadas ou até inexistentes nos relatórios, as informações não puderam ser comparadas, limitando assim a indicação de como as empresas poderiam proceder para ter um relato de maior qualidade no RS a partir das informações divulgadas nos relatórios contábeis. Futuras pesquisas podem investigar, em estudos de casos específicos, as razões das falhas na divulgação e da falta de integração entre as informações financeiras e as informações dos RS.

Esta pesquisa contribui para a discussão acadêmica sobre a *accountability* da sustentabilidade e demonstra a necessidade e a importância da integração das informações contábeis para prover um relato de qualidade nas divulgações socioambientais.

## Referências

A4S – The Prince’s Accounting For Sustainability Project. 2010. Embedding sustainability. Disponível em: <<http://www.accountingforsustainability.org/embedding/>>. Acesso em: 28 de maio de 2010.

Australian Accounting Standards Board (AASB). **Accounting handbook**, SAC 3. Sydney: Prentice Hall, 2002.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 16001: responsabilidade social – sistema da gestão – requisitos. Rio de Janeiro, 2004.

ADAMS, C. A.; FROST, G.. R. Managing Social and Environmental Performance: Do Companies Have Adequate Information? **Australian Accounting Review**, v. 17, n. 3, p. 2-11, 2007.

ADAMS, C.; FROST, G.; WEBBER, W.. Triple bottom line: a review of the literature. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J.. (Org.) **The triple bottom line, does it all add up? : Assessing the sustainability of business and CSR**. London: Earthscan, 2004. Cap. 2. p. 17-25.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Manual de elaboração do relatório anual de responsabilidade socioambiental das empresas de energia elétrica. 2006.

BACHOO, K.; TAN, R.; WILSON, M.. Firm Value and the Quality of Sustainability Reporting in Australia. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 64, p. 67-87, 2013.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOUTEN, L.; EVERAERT, P.; LIEDEKERKE, L. V.; MOOR, L. De; CHRISTIAENS, J.. Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture? **Accounting Forum**, v. 35, n. 3, p. 187-204, 2011.

CARNEIRO, A. R. A.; MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; MORAIS, C. R. F. Governança corporativa em empresas brasileiras como determinante da evidenciação de benefícios a empregados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v. 10, n. 19, p. 157-178, jan./abr., 2013.

CARVALHO, F. de M.. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, F. A. R. de; SIQUEIRA, J. R. M. de; MACEDO, M. A. da S.. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “g3”, da global reporting initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrico sul americano. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 4, p. 83-102, 2010.

CINTRA, Y. C.. **A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil**. 2011. 200 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.



CINTRA, Y. C.; CARVALHO, L. N. G. de; PERLINGEIRO, B.. The "triple bottom line" approach on social and environmental reporting: should financial accounting standard setters step in? **European Journal of Management**, v. 8, n. 4, p. 55-70, 2008.

CLARKSON, P. M.; YUE, L.; RICHARDSON, G. D.; VASYARI, F. P. Revisiting the Relation Between Environmental Performance and Environmental Disclosure: An Empirical Analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 4-5, p. 303-327, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado*. 2008. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_09.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf)>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais*. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. 2012a. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. 2012b. *Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

CHRISTOFI, A.; CHRISTOFI, P.; SISAYE, S.. Corporate sustainability: historical development and reporting practices. **Management Research Review**, v. 35, n. 2, p. 157-172, 2012.

DEEGAN, C.; RANKIN, M.. The materiality of environmental information to users of annual reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 562-583, 1997.

DE LUCA, M. M. M.. **A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômica**. 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DE LUCA, M. M. M.. **Demonstração do valor adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, L. N. da S.. **Análise da utilização dos indicadores da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. Relatório Único – Divulgação Integrada para uma estratégia sustentável. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

ECCLES, R. G.; PERKINS, K. M.; SERAFEIM, G.. How to Become a Sustainable Company. **Mit Sloan Management Review**, Cambridge, v. 53, n. 4, p. 299-316, 2012.

EDWARDS, P.; BIRKIN, F. K.; WOODWARD, D. G. Financial comparability and environmental diversity: an international context. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, n. 6, p. 343-359, 2002.

ELKINGTON, J.. Canibais com garfo e faca. Makron Books, 2001.

EPSTEIN, M. J.; BIRCHARD, B.. **Counting what counts: turning corporate accountability to competitive advantage**. New York: Perseus Books, 2000.

FERNANDES, F. da S.; SIQUEIRA, J. R. M. de; GOMES, M. Z.. A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. **Revista do BNDES**, n. 34, p. 101-132, 2010.

FREEMAN, R. E.. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FROST, G.; JONES, S.; LOFTUS, J.; VAN DER LAAN, S.. A Survey Of Sustainability Reporting Practices Of Australian Reporting Entities. **Australian Accounting Review**, v. 15, n. 35, p. 89-97, 2005.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. Sustainability reporting guidelines. Boston, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. Sustainability Reporting Guidelines. 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>>. Acesso em: 2010, 2011, 2012, 2013.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade. 2011. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>>. Acesso em: 2011, 2012 e 2013.

GRAY, R.. Social, environmental and sustainability reporting and organisational value creation. Whose value? Whose creation? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n. 6, p. 793-819, 2006.

GRAY, R.; MILNE, M.. (2004). **Towards reporting on the triple bottom line: mirage, methods and myths**. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie. (Org.) The triple bottom line, does it all add up? : Assessing the sustainability of business and CSR. London: Earthscan, 2004. Cap. 7. p. 70-25.

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C.. **Accounting and accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting**. Hertfordshire: Prentice Hall, 1996.

GUTHRIE, J.; MATHEWS, M. R. Corporate social accounting in Australasia. **Research in Corporate Social Performance and Policy**, v. 7, p. 251-277, 1985.

GUTHRIE, J.; PETTY, R., YONGWANICH, K; RICCERI, F.. Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 2, p. 282-293, 2004.

HENDERSON, D.. **Misguided virtue: false notions of corporate social responsibility**. London: The Institute of Economic Affairs, 2001.

IDOWU, S. O., PAPASOLOMOU, I. Are the corporate social responsibility matters based on good intentions or false pretences? An empirical study of the motivations behind the issuing of CSR reports by UK companies. **Corporate Governance**, v.7, n.2, 136-147, 2007.

IOANNOU, I.; SERAFEIM, G.. The Consequences of Mandatory Corporate Sustainability Reporting: Evidence from Four Countries. **Harvard Business School Research Working Paper**, p. 11-100, 2014.

IIRC – International Integrated Reporting Council. A estrutura internacional para relato integrado. 2014. Disponível em: <<http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2014/04/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>>. Acesso em: 13 de abril de 2014.

IJIRI, Y.. Theory of accounting measurement. **Studies in Accounting Research 10**, American Accounting Association. New York, 1975.

IS – Idéia Sustentável. Tendências em relatórios de sustentabilidade. *Dossiê conhecimento para a sustentabilidade*, n. 5, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. Atlas, 2006.

JENSEN, J. C.; BERG, N.. Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. **Business Strategy and The Environment, Thailand**, v. 21, n. 5, p. 299-316, jul. 2012.

LAMBERTON, G.. Sustainability accounting – a brief history and conceptual framework. **Accounting Forum**, v. 29, n. 1, p. 7-26, 2005.

LESZCZYNSKA, A.. Towards shareholders' value: an analysis of sustainability reports. **Industrial Management & Data Systems**, v. 112, n. 6, p. 911-928, 2012.

- MARSTON, C. L.; SHRIVES, P. J. The use of disclosure indices in accounting research: A review article. **The British Accounting Review**, v. 23, n. 3, p. 195-210, 1991.
- MARTINS, E.. Uma nova demonstração contábil no projeto de reforma da Lei das S.A.: a do valor adicionado. **IOB Informações objetivas**. São Paulo: TC boletim 29/97, 1997.
- MILNE, M. J.; ADLER, R. W. Exploring the reliability of social and environmental disclosures content analysis. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 12, n. 2, p. 237-256, 1999.
- MORISUE, H. M. M.; RIBEIRO, M. de S.; PENTEADO, I. A. de M.. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2013.
- NAGANO, R. T.; KASSAI, J. R.; KUSSABA, C. T.; CARVALHO, L. N. G. de. **A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua asseguração por terceiros**. In: II Simpósio Internacional de Gestão de Projetos e I Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade, São Paulo, 2013. Anais II SINGEP e I S2IS, 2013.
- NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. Accountability: a razão de ser da contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 1, n. 3, p. 83-100, 2007.
- PRONOVOST, P. J.; MILLER, M., WACHTER; R. M. The GAAP in quality measurement and reporting. Commentary. **JAMA**, v. 298, n. 15, p. 1800-1802, 2007.
- RAO, P. M.. **Value Added Reporting: In Theory, Practice and Research**. Deep & Deep Publications. New Delhi, 2001.
- RICCIO, A. J. L. M.. Análise de relatórios de sustentabilidade baseada nos critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). 2011. PhD Thesis. Universidade Federal da Bahia.
- SANTOS, A. dos; HASHIMOTO, H.. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 153-164, 2003.
- SKOULOUDIS, A.; EVANGELINOS, K. I.. Sustainability reporting in Greece: Are we there yet? **Environmental Quality Management**, v. 19, n. 1, p. 43-60, 2009.
- TANNURI, G.; VAN BELEN, H. M.. Indicadores de desempenho ambiental evidenciados nos relatórios de sustentabilidade: uma análise à luz de atributos de qualidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**. v. 8, n. 1, p. 2-19, 2014.

TAVEIRA, J. H. P. S. *Conformidade do disclosure das subvenções governamentais nas empresas de capital aberto*. 2009. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia, Faculdade de Economia e Finanças, IBMEC. Rio de Janeiro, 2009.